

**SAP Nº** 1000000150

**INTERESSADO:** ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA

**ASSUNTO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE ELEMENTOS DE DRENAGEM PLUVIAL E DE ESGOTO SANITÁRIO, INCLUINDO O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS E EFLUENTES NAS ÁREAS SOB RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

À

**COLIC**

Após análise da documentação técnica, solicitamos a diligência:

- Corrigir a planilha de serviços (Modelo de Proposta), observando os limites percentuais para cada item e sem alteração do valor da proposta arrematante quando do fechamento da sala de disputa.

- Apresentar a AFE que a empresa citou na página 68:

Temos o registro de Nº da Autorização 9.05014-5 (H4Y4H7X59M41)  
na ANVISA, porém inativos devido a Resolução citada acima.  
Registro:  
Nº da Autorização 9.05014-5 (H4Y4H7X59M41)  
Data da Autorização 15/10/2012  
Nº do Processo 25743.540991/2012-59  
Autorização Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados

Vale ressaltar que a ANVISA publicou em 19/11/2024, a RESOLUÇÃO RDC Nº 939:

“Dispõe sobre os critérios para peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de empresas de armazenagem de bens e produtos sujeitos a controle e fiscalização sanitária em Armazéns Alfandegados, Autorização de Funcionamento (AFE) de importadores por conta e ordem de terceiro ou encomenda de bens e produtos sujeitos a controle e fiscalização sanitária, bem como dispensa de Autorização de Funcionamento (AFE) das demais empresas prestadoras de serviço em Portos, Aeroportos e Fronteiras.

**Art. 26. Ficam dispensadas de AFE as empresas que prestam serviços de interesse da saúde pública em veículos terrestres que operem transportes coletivos internacional de passageiros, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteira e recintos alfandegados, quais sejam:**

V - limpeza e recolhimento de resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos em terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados;

VI - esgotamento, coleta e tratamento de efluentes sanitários de veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, aeronaves, embarcações, aeroportos, terminais aquaviários, portos organizados e postos de fronteiras”.

Sendo assim, depois que foi iniciado o processo de contratação da empresa para realização dos serviços, a ANVISA dispensou a obrigatoriedade da AFE (Autorização para funcionamento de empresa), documento exigido inicialmente para a habilitação técnica. Tendo em vista que

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

não houve impugnação quanto ao tema, solicitamos para a empresa apresentar a última AFE, antes da resolução.

Paranaguá, 4 de fevereiro de 2025.

**Eng.º Igor Costa de Toledo**  
**Coordenador de Civil**  
(assinado eletronicamente)

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 413420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos\_parana



**COMUNICAÇÃO INTERNA 771/2025.**

Documento: **DiligenciaSuccaoAVALDIR.pdf.**

Assinatura Simples realizada por: **Igor Costa de Toledo (XXX.486.019-XX)** em 04/02/2025 14:40.

Inserido ao documento **1.106.040** por: **Igor Costa de Toledo** em: 04/02/2025 14:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**be922d5aaf0c1787f62cf59ec30baf0b.**